

# A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A DEMOCRACIA NO BRASIL\*

Joaquim de Arruda Falcão

1. A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional é parte da política cultural de uma nação. Política cultural, no caso, é essencialmente uma política pública. Quer dizer, um conjunto articulado e fundamentado de decisões, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado.

Como qualquer política pública, a política de preservação pode ser avaliada de duas maneiras distintas:

- a) por um lado, pode-se avaliar os objetivos a que se propõe, e os resultados que obtém.
- b) Por outro pode-se avaliar o processo pelo qual se define objetivos e se obtém resultados.

Em outras palavras, pode-se avaliar uma política pública ou focalizando objetivos e resultados, ou focalizando o processo. Focalizando a mensagem, ou focalizando o meio.

Na maioria das vezes, a política de preservação é avaliada apenas pelos resultados mais palpáveis, sintetizados e objetivados. Pelos monumentos que restaurou. Pelas cidades históricas que preservou. Pelas técnicas arquitetônicas que desenvolveu. Estas são avaliações necessárias. Não há dúvidas. Não deveriam porém ser as únicas. São insuficientes.

---

\* Trabalho apresentado nas 1as. Jornadas Luso-Brasileiras do Patrimônio, Lisboa, 12 a 16 de março de 1984.

2. Uma política pública é, antes de tudo: (a) Um critério de ação: um parâmetro, uma opção por uma determinada ideologia cultural; (b) Uma alocação de recursos públicos. Sobretudo de recursos governamentais humanos e financeiros, através de programas, projetos e instituições.

A política de preservação que opta apenas por uma ideologia cultural e sistematicamente privilegia a restauração dos monumentos de elite ou reforça a influência européia na arte e arquitetura não preserva integralmente o patrimônio cultural de uma nação. É socialmente limitada e pouco representativa. Sobre tudo para uma nação, como o Brasil, que molda sua jovem identidade cultural a partir da complexidade e heterogeneidade de suas diversas etnias, religiões, classes sociais, e regiões geográficas.

Do mesmo modo, uma alocação de recursos públicos que privilegie sistematicamente uma determinada região, ou uma determinada cidade, não contribui, como poderia, para reverter iníquos desníveis regionais de um país do terceiro mundo como o Brasil.

3. Como pois definir uma política de preservação que seja culturalmente abrangente e socialmente representativa da nação brasileira? Como evitar a preservação elitista e regionalista? Como evitar que a experiência cultural de apenas um segmento social se consolide como cultura nacional?

Estes são, ao meu ver, os desafios modernos que uma moderna política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional deve enfrentar. Usando as expressões de Aloísio Magalhães, o desafio é o seguinte: como desenhar uma política de patrimonial para uma cultura que deve ser somatória. E não eliminatória.

Não se pode enfrentar este desafio, sem a permanente e progressiva ampliação da participação das populações na salvaguarda do patrimônio cultural. Sem a permanente e progressiva ampliação da participação social no processo de tomada de decisões e de implantação de programas e projetos oficiais. Ora, a ampliação da participação social nas decisões do Estado é a idéia-força da democracia. Por isto a prática da preservação patrimonial deve contribuir para a prática da democracia. Torná-la quotidiana, nas relações entre a burocracia estatal e as populações.

4. Ao contrário de que possam imaginar setores mais autocráticos da burocracia estatal, a preservação como prática da democracia não é um ideal utópico desvinculado da realidade. Ao contrário. É uma opção pragmática capaz de contribuir para o maior sucesso da política de preservação. Por pelo menos três boas razões:

- a) Quanto maior a participação, maior será o debate em torno das políticas e da prática de preservação. Mais elevado será, em seu conjunto, o nível cultural das populações. Porporcionando ambiente culturalmente propício para transformar a questão do patrimônio histórico e artístico em questão nacional.
- b) Quanto mais a questão da preservação se transformar em questão nacional, maior importância terão as instituições públicas e privadas aí envolvidas. Único caminho capaz de reverter o tradicional desprezo orçamentário que em geral os governos têm pela questão cultural.

- c) Na medida em que o melhor guardião do patrimônio cultural é a própria população, as decisões autocráticas da burocracia estatal, ainda que técnica, estética e arquitetonicamente corretas, serão sempre efêmeras. Quanto maior a participação social maior o senso de responsabilidade. Maior a eficácia da política de preservação. Maior sua temporalidade.

Difícilmente se conserva uma custosa restauração de um edifício, ou mesmo se preserva uma cidade histórica, apenas pela vontade do príncipe burocrático-estatal esclarecido. *Preservação patrimonial não é ato unilateral. É ato de convivência: entre a burocracia estatal e as populações. De convivência democrática.*

5. A experiência brasileira recente ilustra, e muito bem, esta situação. Até o final da década de setenta, por motivos diversos, a questão da preservação do patrimônio histórico nacional estava reduzida a atuação solitária de uma única instituição federal (IPHAN). Estava reduzida ao idealismo e à competência de uns poucos técnico-arquitetos. Estava reduzida à preservação dos edifícios e monumentos de pedra e cal da elite brasileira, com estreita vinculação com a religião católica.

O resultado foi um progressivo estreitamento dos recursos orçamentários, a não renovação dos quadros e um progressivo isolamento do IPHAN. Em que pese os extraordinários serviços prestados.

No final dos anos setenta, ampliamos o conceito de patrimônio cultural, através do conceito de bem cultural. Admitimos o pluralismo ideológico na determinação das políticas de preservação. Logo incorporaram-se na preservação da cultura nacional, os bens culturais de outras etnias, de outras religiões, de outras classes sociais e de todas as regiões do país. Pela primeira vez foi tombada uma região como a de Canudos, cuja marca patrimonial fundamental é o fato de ter abrigado um importante movimento político-popular. Como pela primeira vez admite-se tomar um território de candomblé, ampliando étnica, religiosa e arquitetonicamente a política de preservação.

6. O resultado foi imediato. A questão da preservação cultural ganhou os meios de comunicação, os debates acadêmicos, as conversas dos bares, as discussões orçamentárias. Transformou-se em questão nacional. Diante da qual todos têm que se posicionar. Com isto fortaleceram-se as instituições especializadas do governo e da sociedade. Ampliaram-se os orçamentos das instituições oficiais. E mais. A partir da atuação isolada e quixotesca de antes — do IPHAN — o Brasil tem hoje um verdadeiro "sistema" — federal, estadual e municipal — de preservação. Com múltiplas e variadas instituições. Públicas e privadas. A imensa maioria constituída nos últimos sete anos. Trata-se de um sistema ainda em formação. Mas desde já muito mais rico, complexo, problemático e poderoso do que antes.

7. Algumas decisões concretas a nível nacional, para ampliar a participação social no processo de decisão da política de preservação, necessitam ainda serem tomadas.

- a) A decisão de ampliar a participação social nos conselhos de tombamentos em todos os níveis.

- b) A decisão de rever o direito administrativo concernente ao processo de tombamento, de modo a assegurar a ampla defesa e participação dos interessados. Tornando as decisões mais públicas, previsíveis e consensuais.
- c) A decisão de reformular a participação do Poder Judiciário, de modo que os eventuais abusos da burocracia estatal não gozem de impunidade indevida.

8. A reformulação democrática das relações entre a burocracia estatal e as populações trará inclusive reflexos positivos na preservação do patrimônio luso-brasileiro. O Brasil tem importante papel na preservação não apenas de seu patrimônio cultural. Mas também na preservação do patrimônio luso-brasileiro e do legado humanista do Ocidente. Por duas razões principais.

Primeiro, porque o Brasil detém, no contexto maior dos países de língua portuguesa, a cultura síntese. Onde não apenas estão presentes as influências luso-brasileiras, mas as influências luso-afro-brasileiras. Uma cultura é tanto mais rica quanto maior for sua complexidade e heterogeneidade. É difícil outro país de língua portuguesa poder, pelas características históricas já determinadas, integrar todos os múltiplos aspectos da cultura portuguesa, africana e latino-americana. O Brasil pode. Esta é sua maior importância.

Segundo, o Brasil é detentor de uma cultura jovem. O que se por um lado o torna mais frágil, mais sujeito às influências, por outro o torna mais aberto, inovador e criativo. Não detém as estruturas rígidas do passado. Está mais disposto à inovação e à criação. O futuro da preservação do patrimônio luso-brasileiro não está apenas na preservação do passado. Está sobretudo na capacidade do presente refazer, recriar e projetar o patrimônio que herdamos. Preservar é um ato que respeita o passado em nome do futuro. Uma cultura jovem como a brasileira tem este desafio principal.

9. A contribuição brasileira para preservação do patrimônio luso-afro-brasileiro será tanto maior quanto mais eficaz e abrangente for a preservação do próprio patrimônio cultural brasileiro. E tanto maior apoio receba de seus cidadãos.

Para tanto é indispensável a crescente participação das populações na definição dos objetivos e na consecução dos resultados. O que não se faz sem a democratização progressiva e permanente das relações entre burocracia estatal e populações. Não se faz sem que preservar seja também praticar democracia.